



Segunda Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 4004023-74.2016.8.04.0000

Recorrente: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda

Advogado: Celso de Faria Monteiro, Mila de Avila Vio,
Ricardo Tadeu Dalmaso Marrques

Recorrido: [REDACTED]

Advogado: Fernanda Paes Barreto da Ropcha Oliveira

Relatora: Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DOS "PORTAIS LÓGICOS DE ORIGEM" PARA IDENTIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS. CAPACIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES RECONHECIDA PELA ANATEL. OBRIGAÇÃO LEGAL QUE EXSURGE DO ART. 22 DO MARCO CIVIL DA INTERNET. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Ao exigir a identificação das "portas lógicas de origem" o juízo *a quo* não excedeu os limites do pedido, mas apenas adotou providência necessária à obtenção do resultado prático perseguido pela demandante.

2. A ordem de revelação da "portas lógicas de origem" consubstancia simples desdobramento lógico do pedido de identificação do usuário por IP.

3. As "portas lógicas de origem" integram os "registros de acesso" cujo dever de guarda/exposição é consagrado pelo artigo 22 do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). Interpretação contextualizada e voltada ao fim social da norma, em atenção ao artigo 5º da LINDB.

4. Fosse insuficiente, vale destacar que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em estudo pertinente ao tema, consignou que os provedores de aplicação devem fornecer não somente o IP de origem utilizado para usufruto do serviço que ele presta, mas também a "porta lógica de origem". . 5. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de



nº 4004023-74.2016.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _____ de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Sala das Sessões, em Manaus, 05 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE.

Assinatura Digital

Desembargador Presidente

Assinatura Digital

Desembargadora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA
Relatora



RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **Facebook Serviços Online do Brasil Ltda** contra a liminar (fls. 70/71) deferida pelo Juízo da 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, na Ação de Obrigação de Fazer n. 0618732-33.2016.8.04.0001, ajuizada por [REDACTED].

A decisão atacada determinou à Recorrente que fornecesse nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, os dados cadastrais e IPs, com sua respectiva porta lógica e datas e horários UTC, de criação e acesso das contas indicadas pela Autora/Recorrida, no período de 16.04.2016 a 30.04.2016, sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), limitada a R\$20.000,00 (vinte mil reais), abstendo-se do comunicar os usuários acerca do fornecimento de tais dados.

O Agravante sustenta que o decisório impugnado excedeu os limites do pedido autoral ao determinar o fornecimento de "porta lógica" dos usuários responsáveis pelas contas combatida, porquanto a exordial busca tão somente a indicação dos endereços de IP atrelados aos referidos usuários.

Aduz, ademais, não armazenar os dados referentes às "portas lógicas" de origem, a uma porque o ordenamento nunca o obrigou a fazê-lo e, a duas, porque atua como provedor de aplicações e não de conexão - o qual é responsável pela alocação ou compartilhamento de endereços de IP e pela eventual atribuição de "portas lógicas".

Destaca que o artigo 10 do Marco Civil da Internet (lei n. 12.965/14) não estabelece qualquer obrigação de armazenamento de dados específicos, simplesmente consigna que os dados que os provedores de aplicação e de conexão armazenarem somente podem ser revelados em cumprimento de ordem judicial.

O artigo 22 do mesmo diploma, por sua vez, não abarca dados como as "portas lógicas" ao versar sobre os registros de acesso à aplicação.

Pondera que como não tem o dever legal de armazenar tal informação, exigi-la importa obrigação juridicamente impossível.



Pugna, dessarte, pelo conhecimento e provimento do recurso, para afastar o comando de fornecimento das "portas lógicas".

Indeferi o efeito suspensivo e procedi na forma do artigo 1.019, II, do CPC/15 (fls. 215/216).

Às fls. 222 a Secretaria certificou que, conquanto intimada, a Agravada deixou de contrarrazoar.

O Recorrente atravessou peça às fls. 223/235 repisando os fundamentos recursais.

No primordial, é o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos intrínsecos (cabimento, interesse, legitimidade e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer) e extrínsecos (regularidade formal, tempestividade - fls. 212 - e preparo - fls. 47/49) de admissibilidade, conheço o recurso e procedo ao seu exame de mérito.

Em apertada síntese, o Recorrente se volta contra a ordem de fornecimento de "portas lógicas" aos fundamentos de que: **(i)** isto não foi contemplado no pedido da Recorrida; **(ii)** não tem a obrigação legal de armazenar esta informação; **(iii)** são os provedores de conexão e não os de aplicações que tem acesso a estes dados.

Pois bem. Primeiramente, consoante emerge da própria explicação oferecida pelo Agravante, tem-se que as "portas lógicas" representam uma solução temporária encontrada para o problema de saturação do sistema de IPs individuais da rede IPv4.

Ao que tudo indica, na rede IPv4 cada endereço de IP existente já está atribuído a um usuário específico, de forma que a inserção de novos usuários resta prejudicada.

A saída para o problema estaria na adoção da rede IPv6, que comporta codificações mais longas e, portanto, uma maior amplitude de endereços de IP possíveis.



Enquanto não se completa a transição da rede IPv4 para a IPv6 o Comitê Gestor da Internet no Brasil autorizou os provedores de conexão de internet a dividir os endereços de IP do IPv4 entre mais de um usuário da internet.

Explica o Agravante que (fls. 09):

Nesses casos, usuários de internet diferentes passarão a compartilhar um mesmo endereço de IP, mas cada usuário irá acessá-lo por uma "porta lógica de origem" específica (a porta lógica de origem é, assim, o mecanismo técnico que permite o compartilhamento de endereços de IP por mais de um usuário de internet).

Extraí-se que a "porta lógica de origem" é o que garante aos usuários de endereços de IPs compartilhados uma experiência de acesso individualizada, *i.e.*, que trafeguem autonomamente na internet não obstante dividam o mesmo IP.

Assim, parece intuitivo que o responsável pela organização da relação entre usuários, endereços de IP e "portas lógicas" é o provedor de conexão. Contudo, daí a dizer que o provedor de aplicação não reúne condições para identificar as "portas lógicas de origem" daqueles que o acessam soa como um exagerado salto hermenêutico.

Em outras palavras, *a priori*, o fato do provedor de conexão ser o responsável pela organização das "portas lógicas" não significa que os provedores de aplicação são incapazes de rastrear as respectivas "portas lógicas" usadas por quem os acessa.

Nesse sentido, inclusive, vale destacar que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em estudo acerca da transição para implantação da rede IPv6, ao reconhecer a capacidade dos provedores de aplicação de identificarem as "portas lógicas de origem" dos seus usuários consignou (p. 14):

Tanto no Grupo de Trabalho do NIC.br como no Grupo de Trabalho da ANATEL foi intensamente discutida a questão da identificação unívoca de um determinado usuário que faz uso de um endereço IP compartilhado. Em ambos os Grupos de Trabalho foi consenso que a única forma das prestadoras fornecerem o nome do usuário que faz uso de um



IP compartilhado em um determinado instante seria com a informação da "porta lógica de origem da conexão" que estava sendo utilizada durante a conexão. Dessa forma, **os provedores de aplicação devem fornecer não somente o IP de origem utilizado para usufruto do serviço que ele presta, mas também a "porta lógica de origem"**. (Disponível em <<
<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=325769&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=325769.pdf>>>) Grifei.

Fixadas estas premissas, nota-se que ao exigir a identificação das "portas lógicas de origem" o juízo a quo não excedeu os limites do pedido, mas apenas adotou providência necessária à obtenção do resultado prático perseguido pela demandante.

Afinal, em um sistema de compartilhamento de IPs, o mero fornecimento do endereço de IP frustraria o propósito de identificação e consequente responsabilização do usuário.

Recorde-se que, na inteligência da interpretação lógico-sistemática do pedido imposta pelo artigo 322, §2º, do CPC/15, o pedido deve ser interpretado à luz do conjunto das postulações e do princípio da boa-fé.

Nessa marcha, a ordem de revelação da "portas lógicas de origem" consubstancia simples desdobramento lógico do pedido de identificação do usuário por IP.

Quanto à ausência de obrigação legal de armazenamento destes dados, outrossim, razão parece não assistir ao Agravante, uma vez que apenas a partir de uma exegese descontextualizada e literal do artigo 22 da Lei n. 12.965/14 poder-se-ia cogitar que a identificação das "portas lógicas de origem" não integra os "registros de acesso" cujo dever de guarda/exposição a norma consagra.

Por oportuno, transcrevo o esclarecedor comentário de Renato Opice Blum:

[...] Constatado o esgotamento do sistema IPv4 e até a conclusão da implantação do IPv6, o **compartilhamento de números de IPs** foi a medida



definida no Brasil para atendimento do mercado. No entanto, esta providência **traz óbvias dificuldades para identificação de usuários nos procedimentos jurídicos: a informação sobre o IP deixa de ser suficiente, já que várias pessoas usam o mesmo endereço, e somente a averiguação da "porta lógica de origem" torna possível a individualização do agente.**

[...]

Evidentemente, o legislador não conseguiu prever os imprevistos do mercado, tais como o comentado compartilhamento de IPs. Ao contrário, toda a sistemática de identificação prevista no Marco Civil foi estruturada a partir da individualização dos dispositivos por endereços de IP (inciso III, IV, V e VI do art. 5º). A obrigatoriedade de identificação existe, é patente e está entre as finalidades da lei. Portanto, se a quebra desta sistemática ocorreu, é preciso aplicar ao novo contexto a mesma lógica da lei.

[...]

Logo, ainda que, meramente para fins de argumentação o Marco Civil seja considerado omissivo com relação à obrigação de armazenamento das portas lógicas de origem, por analogia, **já que a lei obriga a guardar os endereços de IPs e, também por ser finalidade social gritante a necessidade de identificação dos dispositivos, persiste fatalmente esta obrigação.**

(Portas lógicas de origem: identificação e caos jurídico. Disponível em <<<https://jota.info/artigos/direito-digitalportas-logicas-de-origem-dificuldade-deidentificacao-e-o-caos-juridico-26102016>>>).

Nesse sentido, inclusive, já há jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, senão vejamos:

Ementa: Agravo de Instrumento obrigação de fazer deferimento de antecipação de tutela, determinando à agravante fornecer dados referentes à porta de origem, para a identificação de usuários de contas de e-mails que praticaram delitos via internet, causando



prejuízos à agravada armazenamento dos dados do IP, data e hora do acesso insuficiência, em razão do atual compartilhamento do mesmo IP por diversos usuários, simultaneamente rol do artigo 5º, VI e VIII, que são meramente exemplificativos entendimento precedentes desta E. Corte decisão mantida agravo desprovido. (TJSP - AI n. 2061576-04.2016.8.26.0000, Rel. Des. A. C. Mathias Coltro, 5ª Câmara de Direito Privado, Julgamento em 15.06.2016).

Por derradeiro, consoante o sobredito relatório elaborado pela ANATEL, agência regulamentadora com amplo e profundo conhecimento técnico sobre a matéria, há sim condições técnicas para a identificação e consequente fornecimento destes dados.

Ademais, considerando que a monetização dos serviços prestados pelos provedores de aplicação depende muito da personalização do conteúdo, ressaí pouco crível que informações pertinentes ao preciso reconhecimento dos usuários não são capturadas e armazenadas cotidianamente,

Logo, não há falar em impossibilidade técnica de revelar a "porta lógica de origem".

Destarte, com fortes fincas nas razões percorridas, conheço e **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em Manaus, 05 de junho de 2017.

Assinatura Digital

Desembargadora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA
Relatora